
AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

FRUTICULTURA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

Fruticultura — 2010 - 2015

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 70 exemplares

Ano 2011

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Fruta / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

60 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Fruticultura. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRIS F01
0600
CDU 631.576

INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fruticultura, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais. Permite, também, pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, ou seja, abrange também as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 12 de março de 2010, quando o plenário da 22ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo, sob a coordenação da Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do MAPA .

A primeira reunião do grupo aconteceu em 26 de abril, ocasião em que, por meio de metodologia específica, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 11 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas promoveu um trabalho de organização e sistematização do conjunto de propostas, organizando-as por Temas, Itens de Agenda e Diretrizes. O trabalho foi conduzido de forma a agrupar as propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados em futuras reuniões da Câmara Setorial. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica, o Grupo de Trabalho voltou a se

reunir em 13 de maio, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. A providência seguinte foi submetê-la à discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas, sempre observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

Objetivos

A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- 1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- 2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- 3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizarão a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.



Grupo de Trabalho



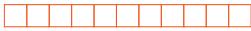
- Luiz Borges Júnior - IBRAF
- Carlos Alberto P Albuquerque - IBRAF
- Moisés Lopes de Albuquerque - ABPM
- Taís Morais - ABRAS
- José Eduardo Costa Brandão - CNA
- Léa Maria Lagares - SEBRAE
- Raimundo Sérgio Menezes - SINDFRUTAS
- César Wilson Martins da Rocha - SINDICAJU
- Francisco Faleiro - BRAPEX
- Etelio Prado - ASTN
- Dirceu Colares - ABANORTE

Membros da Câmara

- **Presidente:** Carlos Prado
- **Secretário:** Francisco de Assis Mesquita Facundo
- **Consultor Especial:** Luiz Borges Júnior

Membros da Câmara:

- **Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas Gerais - ABANORTE**
Titular: Dirceu Colares de Araujo Moreira
Suplente: Jorge Luis Raymundo de Souza
- **Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA**
Titular: Antonio Carlos Tadiotti
Suplente: Amilcar Lacerda Figueira de Almeida
- **Associação Brasileira de Produtos de Maçã - ABPM**
Titular: Pierre Nicolas Peres
Suplente: Moisés Lopes de Albuquerque
- **Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN**
Titular: Jusmar Chaves
Suplente: João Alberto Paixão Lages

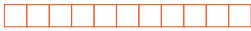


- **Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS**
Titular: Márcio Milan
Suplente: Alexandre Seabra Resende
- **Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA**
Titular: Rodrigo Roriz de Arruda Leite
Suplente: Juliano Malty
- **Associação Brasileira dos Exportadores de Papaya - BRAPEX**
Titular: Marcelo de Nadai
Suplente: Francisco de Assis Lemos Faleiro
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Carlos Prado
Suplente: José Eduardo Brandão Costa
- **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba - CODEVASF**
Titular: João Santana Tosta
Suplente: Nair Emi Iwakiri
- **Comitê Executivo de Fitossanidade do Rio Grande do Norte - COEX**
Titular: Francisco Cipriano de Paula Segundo
Suplente: Wilson Galdino de Andrade
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: Newton Araújo Silva Júnior
Suplente: Aníbal Teixeira Fontes
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**
Titular: Domingo Haroldo Reinhardt
Suplente: Jorge Luiz Loyola Dantas
- **Fundo de Defesa da Citricultura - FUNDECITRUS**
Titular: Lourival Carmo Mônaco
Suplente: Antonio Juliano Ayres



- **Instituto Brasileiro de Frutas - IBRAF**
Titular: Carlos Alberto Pereira de Albuquerque
Suplente: Moacyr Saraiva Fernandes
- **Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO**
Titular: Fernando Goulart
Suplente: Luciana Portugal
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - MAPA/SDC**
Titular: Rosilene Ferreira Souto
Suplente: Marcus Vinicius Martins
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola - MAPA/SPA**
Titular: Gustavo Henrique M. Firmo Araújo
Suplente: João Antônio Fagundes Salomão
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**
Titular: Helbert Danilo Sá Freitas
Suplente: Nilton Pinho de Bem
- **Ministério da Fazenda - MF**
Titular: Hélio Resende Junior
Suplente: Emerson Luiz Gazzoli
- **Sociedade Brasileira de Fruticultura - SBF**
Titular: José Luiz Petri
Suplente: Osvaldo Yamanishi
- **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE**
Titular: Léa Maria Lagares
Suplente: Carmen Lúcia L. de Souza





- **Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará - SINDFRUTAS**
Titular: Solange Mota
Suplente: Sergio Menezes
- **Sindicato da Indústria de Beneficiamento de Castanha de Caju - SINDICAJU**
Titular: Cezar Wilson Martins da Rocha
Suplente: Francisco Ferrer Bezerra
- **Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco - VALEXPORT**
Titular: Aristeu Chaves Filho
Suplente: Alberto Sabino Santiago Galvão

Convidado Permanente

- **Associação Brasileira da Produção Certificada Sustentável – ABPCS**
Titular: Euder de Almeida Ribeiro
Suplente: Jose Eduardo Borges de Carvalho
- **Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF**
Titular: Euder de Almeida Ribeiro
Suplente: Jose Eduardo Borges de Carvalho
- **Frente Parlamentar de Fruticultura - FPF**
Titular: Deputado Fernando Coelho Filho
Suplente: Deputado Afonso Hamm
- **Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria - INSTITUTO FRUTAL**
Titular: Fernando Antônio Mendes Martins
Suplente: Euvaldo Bringel Olinda



Coordenação dos Trabalhos



CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e
Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima
Paulo Marcio Mendonça Araujo
Francisco de Assis Mesquita Facundo
Daniela Firmino Santana
Leandro Pires B. de Lima

1. ESTATÍSTICAS



Levantamento das áreas de produção agrícola e safras

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, discriminação por produto, variedades, por perfil tecnológico, Convencional, Orgânico, Protegido, etc.
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir;
4. Utilizar as experiências já existentes envolvendo participação de instituição de pesquisa e/ou extensão rural afin tendo como objetivo dados oficiais únicos, confiáveis;
5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente;
6. Estabelecer convênios e ou parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua;
7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes;



8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais;
9. Contemplar levantamento das perdas pós-colheita;
10. Contemplar áreas plantadas e de manejo do extrativismo e sistemas agroflorestais.

Levantamento dos custos de produção

Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados, CODEVASF e demais instituições afins;
2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações;
3. Contemplar as diferenças das culturas de sequeiro e irrigadas.

Levantamento de estoques

Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados e demais instituições afins;
2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações;
3. Contemplar estoques de frutas in natura, polpas, sucos e outros derivados.



Levantamento da produção industrial



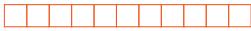
Diretrizes:

1. Discutir a pertinência de realizar levantamento de estoques de frutas in natura, polpas, sucos e outros derivados;
2. Aprimorar metodologias de levantamento, acompanhamento e manutenção;
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir;
4. Mapear e utilizar as experiências existentes;
5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente;
6. Estabelecer convênios e parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.

Levantamento de preços de mercados

Diretrizes:

1. Contemplar preços pagos ao produtor, no mercado in natura e na indústria;
2. Regionalizar os dados;
3. Buscar referenciais de preço no Varejo;
4. Estabelecer convênios e parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.



Levantamento da comercialização de frutas frescas

Diretrizes:

1. Contemplar estoques nas mãos dos produtores;
2. Regionalizar os dados;
3. Estabelecer convênios e parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua;
4. Estabelecer sinergia com o trabalho da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças.



Rede de PD&I da Fruticultura

Diretrizes:

1. Identificar e integrar as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor;
2. Resgatar o acervo de pesquisa existente, disponibilizá-lo na rede e divulgá-los em outros meios de comunicação e organizar ações para implementação;
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede priorizando as demandas de pesquisa oriundas do setor produtivo;
4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação;
5. Identificar as experiências já em andamento, como a Iniciativa do SEBRAE, de Centros da Embrapa e outras instituições.

Programa Nacional de PD&I da Fruticultura

Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação;
2. Buscar formas de minimizar perdas no pós colheita;
3. Desenvolver novas embalagens para transporte;
4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção e novos produtos;
5. Priorizar a pesquisa para tornar o país um centro de produção de sementes e mudas;



6. Desenvolver novas máquinas e equipamentos com foco na pequena e média agroindústria para aumento da competitividade;
7. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental;
8. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental;
9. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa;
10. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia;
11. Contemplar a Apicultura;
12. Pesquisar frutas dos diferentes Biomas;
13. Desenvolver mecanismos de prevenção de perdas ao longo da cadeia;
14. Buscar o aumento da produtividade e qualidade;
15. Contemplar Biotecnologia;
16. Contemplar estudos de resíduos;
17. Desenvolver e implementar a agricultura Orgânica e produção integrada;
18. Articular ações com o Projeto Biomas da CNA;
19. Promover estratégias de captação de recursos para PD de frutas nativas e de menor importância econômica (Umbu, Jaca, etc);
20. Contemplar o controle biológico e outros métodos alternativos para o controle de pragas;
21. Contemplar a Difusão e Extensão das tecnologias geradas com aplicação sistemática e permanente.

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano de Capacitação e Difusão

Diretrizes:

1. Elaborar Programa Especifica de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas;
2. Elaborar Programa Especifica de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa e Financeira e Comercial;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-obra em toda a cadeia, com ênfase na manipulação de produtos para garantir a segurança alimentar;
4. Estabelecer convênios com Sistema S, Emater, IBRAF, SDC, Denacoop e Instituições Privadas;
5. Elaborar Programa de Difusão e Extensão, com aplicação sistemática e permanente, com prioridade para a disseminação das tecnologias geradas pela Rede de Pesquisa;
6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão;
7. Os Programas deverão contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual; / Criação de incentivos



(exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus empregados; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução;

8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor;
9. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática;
10. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial;
11. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência;
12. Contemplar o estímulo ao Associativismo;
13. Promover capacitações de inclusão digital de produtores;
14. Desenvolver mecanismos de transferência de tecnologias aplicadas em toda a cadeia produtiva;
15. Capacitar na recuperação de áreas degradadas;
16. Elaborar programas de treinamento para adequação às mudanças de legislação - Ex. Classificadores;
17. Utilizar modelos de referência, como é o caso da maçã em SC;
18. Promover treinamento para redução de perdas ao longo da cadeia;
19. Contemplar o combate a pragas;
20. Desenvolver cursos voltados para o cumprimento da IN 54, à semelhança dos cursos de classificadores.

4. DEFESA AGROPECUÁRIA



Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos;
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais;
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal;
4. Adequar metodologias de fiscalização;
5. Harmonizar critérios do PNCR (Mapa) e do PARA (Anvisa);
6. Articular a divulgação dos resultados dos programas de resíduos de forma a não causar prejuízos para o setor;
7. Fortalecer a fiscalização, monitoramento e orientação do uso correto de insumos agropecuários;
8. Informatizar os sistemas de fiscalização;
9. Analisar modelos de outros países. Ex. Chile e Costa Rica;
10. Implementar mecanismos de detecção e controle de novas pragas;
11. Aprimorar os controles de fronteira, principalmente as fronteiras secas na América Latina;



12. Aprimorar os processos de fiscalização e controle de qualidade e classificação;
13. Implementar o SUASA - Regulamentar a Lei 9.712/98;
14. Promover treinamento e capacitação específicos para os Fiscais para desburocratizar e facilitar os processos de exportação e importação sem comprometer a segurança fitossanitária, atuando na mudança de mentalidade, focando na eficiência dos procedimentos.
15. Intensificar as ações do Programa de Controle da Mosca da Carambola
16. Intensificar as barreiras contra o risco do Acaro do Chile

Revisão dos Marcos Regulatórios

Diretrizes:

1. Aprimorar a normatização de frutas prontas para consumo (Minimamente Processados);
2. Adequar os regulamentos de defensivos, principalmente dos enquadrados como Minor Crops.
3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor;
4. Implementar a regulamentação sobre Controle Higiênico Sanitário - Portaria 54/2009;
5. Revisar e implementar sistema de fiscalização das Normas e Padrões de Sementes e Mudanças;
6. Revisar a Instrução Normativa Conjunta nº 09/2002 sobre o acondicionamento, manuseio e comercialização de produtos hortícolas "in natura" - GT conjunto das Câmaras da Fruticultura e Hortaliças;



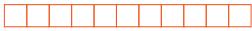
7. Discutir a questão das ARPs no âmbito da fruticultura;
8. Publicar os parâmetros de Boas Práticas e APPCC para Frutas;
9. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO, CFOC e PTV
10. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais de maneira que construção e adequação de normativos sempre sejam discutidas previamente com os segmentos interessados
11. Harmonizar os Marcos Regulatórios com a Legislação Internacional
12. Adequar a legislação para permitir a ampliação da rede de laboratórios credenciadas
13. Estabelecer padrões oficiais de qualidade da manga e uva



ARP

Diretrizes:

1. Implementar ações urgentes de cobrança e reestruturação do Departamento para poder atender com eficiência as demandas do setor;
2. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor;
3. Promover a ampliação desse serviço do MAPA, atuando de forma institucional e estratégica no apoio à melhoria da estrutura técnica e física de maneira urgente;
4. Promover ações conjuntas com as câmaras de Hortaliças e Flores para desenvolvimentos dessas ações.

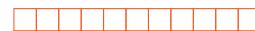


Centros Quarentenários

Diretrizes:

1. Implantar centros quarentenários;
2. Aprimorar a legislação para pré registro e registro emergencial para pragas quarentenárias.

5. MARKETING & PROMOÇÃO



Plano de Marketing para o Mercado Externo

Diretrizes:

1. Promover as Frutas do Brasil em mercados externos potenciais;
2. Estabelecer parcerias de promoção internacional com a APEX, Sebrae e outras instituições afins;
3. Apoiar as ações já em andamento da cadeia junto à APEX, Sebrae e outras instituições afins;
4. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor;
5. Realizar campanhas de informação ao consumidor;
6. Ampliar as ações conjuntas com a SRI e MRE nas ações externas.

Plano de Marketing para o Mercado Interno

Diretrizes:

1. Promover ações de incentivo ao consumo;
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Benefícios à Saúde;
3. Focar as ações na promoção da mudança da cultura de consumo através das escolas e na merenda escolar;
4. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação das entidades da cadeia;



5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor;
6. Estabelecer parcerias com o Sebrae ABRAS, IBRAF, CNA, Ministério da Saúde, MEC e outras instituições afins;
7. Realizar campanhas de informação e esclarecimentos ao consumidor e comprador;
8. Integrar ações entre os setores público e privado;
9. Realizar pesquisa sobre o padrão de consumo para embasar as estratégias de promoção do consumo;
10. Estudar a viabilidade da distribuição de vales para estímulo de consumo de frutas e hortaliças;
11. Articular ações com a Câmara Setorial das Cadeia Produtiva de Hortaliças;
12. Criar um calendário da época de produção das frutas brasileiras.



Sistemas de Qualidade, Diferenciação e Boas Práticas

Diretrizes:

1. Investigar, analisar processos de Certificação: IG, Rastreabilidade, Orgânicos e Comércio Justo, Produção Integrada, para recomendá-los, com a possibilidade de criar programas de adesão;
2. Estudar a construção de programas de Produção Integrada (SAPI), com parceria do MAPA para determinados produtos do setor;
3. Definir programas de Boas Práticas e APPCC;
4. Contemplar processos de Qualidade Integrada da Cadeia;
5. Criar um sistema único de certificação harmonizado internacionalmente que possibilite a redução de custos e burocracia;
6. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas em Packing Houses;
7. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas em Agroindústrias;
8. Contemplar programas de adoção de Boas Práticas no transporte na exposição de produtos no ponto de venda.

7. GOVERNANÇA DA CADEIA



Entidade de Representação da Cadeia

Diretrizes:

1. Discutir o fortalecimento da entidade representativa de âmbito nacional de toda a cadeia;
2. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para criar e gerir um fundo de atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, certificação.

Relações entre os elos da Cadeia

Diretrizes:

1. Ampliar as ações e integrar os elos da cadeia para garantir a qualidade do produto ao consumidor final;
2. Articular e integrar ações para distribuir os ganhos ao longo da cadeia e garantir preços atrativos ao consumidor final.
3. Prospectar demais entidades representativas dos diversos elos que compõem a cadeia produtiva para convidá-los a participação na Camara Setorial

Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir Banco de Dados com informações de produção, preços, mercado, consumo, etc;
2. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas e em outros países;



3. Realizar pesquisas de mercado dos consumidores;
4. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência;
5. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva;
6. Elaborar estudos para o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita;
7. Investigar mercados potenciais para exportação.

Associativismo

Diretrizes:

1. Estudar e propor através de projetos de lei adequações e alterações e estímulos às diversas formas de Associativismo.

Criação de Câmaras Setoriais Estaduais

Diretrizes:

1. Incentivar a criação, fortalecimento e interação de Câmaras Setoriais nos Estados.

Infra Estrutura e Logística

Diretrizes:

1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a qualidade e competitividade dos produtos;



2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção;
3. Promover programas de governo de Infraestrutura de acesso digital no meio rural (verificar iniciativa do MCT);
4. Estudar formas de estimular Municípios a adotar determinados parâmetros de infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção, para se credenciar a receber programas existentes no âmbito da cadeia;
5. Adequar a infra-estrutura em portos e aeroportos para viabilizar as exportações e importações.
6. Elaborar estudos para fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita
7. Investigar mercados potenciais para exportação



Revisão de Grades Curriculares

Diretrizes:

1. Promover ações de revisão dos Conteúdo programático nas escolas de agronomia para fortalecer a Fruticultura;
2. Enfatizar na grade curricular dos cursos superiores o processo de gestão e negócios, focando na experiência prática;
3. Atuar junto ao MEC - Ministério de Educação e ao Conselho de Reitores.



Acesso a Fundos Ambientais

Diretrizes:

1. Viabilizar o acesso do Setor a recursos disponíveis a projetos de adequação a legislação ambiental, disponibilizados pelo MMA e outras instituições.

Zoneamento Econômico Ecológico

Diretrizes:

1. Cobrar das autoridades competentes a conclusão do Zoneamento no território Nacional, contemplando um cronograma de sua execução;
2. Utilizar o ZEE como ferramenta de construção de políticas de incentivo a produção.

8. CRÉDITO E SEGURO



Crédito

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito específicas de forma a viabilizar o acesso ao crédito a Micro, Pequenos e Médio produtores - Maquinas, Equipamentos, Custeio e Capital de Giro;
2. Estabelecer linhas especiais de crédito para fruticultura nos biomas brasileiros;
3. Contemplar o financiamento da recuperação de áreas degradadas;
4. Adequar os limites de financiamento de custeio e carência de acordo com as peculiaridades de cada cultura frutífera e tamanho do produtor
5. Solicitar linhas de crédito para viabilizar a instalação de coberturas anti-granizo e prevenção a geadas

Reformulação do Crédito Oficial

Diretrizes:

1. Implementar o Fundo de Aval;
2. Buscar formas de reduzir os custos financeiros do setor;
3. Apoiar as iniciativas de reformulação do crédito rural oficial.



Seguro Rural

Diretrizes:

1. Realizar levantamento de seguros existentes para fruticultura e demandas de frutas que não tenham seguro;
2. Atuar junto aos governos estaduais para implantar subvenção estadual ao prêmio similar ao existente em São Paulo;
3. Ampliar a discussão da expansão do Seguro Agrícola com Bancos, Seguradoras, Governo, Produtores e demais envolvidos;
4. Implementar o fundo de catástrofe;
5. Implementar políticas de seguro na área de sanidade.
6. Discutir adequações de maior abrangência de limites de subvenções de seguro por produtor individual

9. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva;
2. Buscar tratamento tributário homogêneo;
3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores;
4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor;
5. Implementar a desoneração tributária para as exportações.
6. Objetivar tratamento tributário homogêneo com a redução e unificação de alíquotas de ICMS dos Estados

Legislação Ambiental

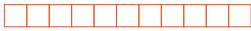
Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal;
2. Definir a compensação por Serviços Ambientais;
3. Criar um Licenciamento Ambiental específico para Micro, Pequenos e Médio Produtores e Agroindústrias.

Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Acompanhar a revisão da legislação que trata do trabalho rural e terceirizado;
2. Promover a discussão com o Judiciário, Legislativo, Sindicatos, Ministério Público, etc.



Lei de Inspeção Vegetal

Diretrizes:

1. Aprofundar a discussão da legislação que regulamenta a atuação dos diversos órgãos na Inspeção Vegetal.

NCM de Frutas

Diretrizes:

1. Promover a criação de NCMs específicas para as diversas frutas produzidas no País.

Legislação Fundiária

Diretrizes:

1. Discutir a regularização fundiária no Norte do País.

Ante-Projeto de Lei das Ceasas

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do Projeto de Lei, proposto pela Comissão instituída pelo MAPA.

Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil;
2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual;
3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.

10. COMERCIALIZAÇÃO



LEC

Diretrizes:

1. Desenvolver e divulgar LECs para o Setor;
2. Contemplar tanto a fruticultura de cultivo quanto a extrativista;
3. Adequar à legislação para que se reconheça o beneficiador como beneficiário da LEC.

PGPM

Diretrizes:

1. Avaliar a pertinência da adoção da PGPM para determinados produtos.

Seguro de Preço

Diretrizes:

1. Atuar na criação do seguro de renda/preço.

Canais de comercialização

Diretrizes:

1. Identificar possíveis canais de comercialização regionais, nacionais e internacionais;
2. Elaborar um cadastro com informações de mercado (compradores);
3. Identificar as demandas de qualidade dos canais de comercialização;
4. Aproximar e integrar a produção aos canais de comercialização.

10. INCENTIVO A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO



Programa de Industrialização da Fruticultura

Diretrizes:

1. Construir um programa de incentivo de abrangência com focos regionais;
2. Buscar a agregação de valor e focar em outras aplicações (cosméticos etc.);
3. Utilizar tecnologias e equipamentos de utilização móvel existente;
4. Aprimorar o aproveitamento integral das frutas;
5. Criar linhas especiais de crédito que estimulem a agroindustrialização;
6. Promover o treinamento de mão-de-obra;
7. Considerar as iniciativas existentes (Ex. SEBRAE/FAO, Agropólos/CE);
8. Estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos.



Agenda Estratégica de Fruticultura

Diretrizes	
Tema	Item
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento das áreas de produção agrícola e safras
	1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
	2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, discriminação por produto, variedades, por perfil tecnológico, Convencional, Orgânico, Protegido, etc...
	3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
	4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos, confiáveis.
	5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
	6. Estabelecer convênios e ou parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
	7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes
	8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais
	9. Contemplar levantamento das perdas pós-colheita
10. Contemplar áreas plantadas e de manejo do extrativismo e sistemas agroflorestais	

Diretrizes	
Tema	Item
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento dos custos de produção
	<p>1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados, CODEVASF e demais instituições afins</p> <p>2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações.</p> <p>3. Contemplar as diferenças das culturas de sequeiro e irrigadas</p>

Diretrizes	
Tema	Item
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento de estoques
	<p>1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados e demais instituições afins</p> <p>2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações.</p> <p>3. Contemplar estoques de frutas in natura, polpas, sucos e outros derivados</p>



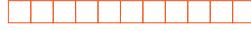


Diretrizes	
Tema	Item
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento da produção industrial
	1. Discutir a pertinência de realizar levantamento de estoques de frutas in natura, polpas, sucos e outros derivados
	2. Aprimorar metodologias de levantamento, acompanhamento e manutenção
	3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
	4. Mapear e utilizar as experiências existentes
	5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
	6. Estabelecer convênios e parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.

Tema		Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Item	
	Levantamento de preços de mercados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contemplar preços pagos ao produtor, no mercado in natura e na indústria 2. Regionalizar os dados 3. Buscar referenciais de preço no Varejo 4. Estabelecer convênios e parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.

Tema		Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Item	
	Levantamento da comercialização de frutas frescas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contemplar estoques nas mãos dos produtores 2. Regionalizar os dados 3. Estabelecer convênios e parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua. 4. Estabelecer sinergia com o trabalho da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças





Tema		Diretrizes
2. PD&I	Item	
	Rede de PD&I da Fruticultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e integrar as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor 2. Resgatar o acervo de pesquisa existente, disponibiliza-lo na rede e divulga-los em outros meios de comunicação e organizar ações para implementação. 3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede priorizando as demandas de pesquisa oriundas do setor produtivo 4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação 5. Identificar as experiências já em andamento, como a Iniciativa do SEBRAE, de Centros da Embrapa e outras instituições

Tema		Diretrizes
2. PD&I	Item	
	Programa Nacional de PD&I da Fruticultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação. 2. Buscar formas de minimizar perdas no pós colheita 3. Desenvolver novas embalagens para transporte 4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção e novos produtos 5. Priorizar a pesquisa para tornar o país um centro de produção de sementes e mudas 6. Desenvolver novas máquinas e equipamentos com foco na pequena e média agroindústria para aumento da competitividade 7. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental 8. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental 9. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa 10. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia



Diretrizes	
Tema	Item
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano de Capacitação e Difusão
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas. 2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa e Financeira e Comercial 3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia, com ênfase na manipulação de produtos para garantir a segurança alimentar 4. Estabelecer convênios com Sistema S, Emater, IBRAF, SDC, Denacoop e Instituições Privadas 5. Elaborar Programa de Difusão e Extensão, com aplicação sistemática e permanente, com prioridade para a disseminação das tecnologias geradas pela Rede de Pesquisa 6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão. 7. Os Programas deverão contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc ; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual ; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus empregados; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução; 	

Diretrizes	
Tema	Item
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano de Capacitação e Difusão
	8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor
	9. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática.
	10. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial
	11. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência
	12. Contemplar o estímulo ao Associativismo
	13. Promover capacitações de inclusão digital de produtores
	14. Desenvolver mecanismos de transferência de tecnologias aplicadas em toda a cadeia produtiva
	15. Capacitar na recuperação de áreas degradadas
	16. Elaborar programas de treinamento para adequação às mudanças de legislação - Ex. Classificadores
	17. Utilizar modelos de referência, como é o caso da maçã em SC
	18. Promover treinamento para redução de perdas ao longo da cadeia
	19. Contemplar o combate a pragas
	20. Desenvolver cursos voltados para o cumprimento da IN 54, à semelhança dos cursos de classificadores





Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESA AGROPECUÁRIA	Fiscalização e Controle	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos 2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais 3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal 4. Adequar metodologias de fiscalização 5. Harmonizar critérios do PNCR (Mapa) e do PARA (Anvisa) 6. Articular a divulgação dos resultados dos programas de resíduos de forma a não causar prejuízos para o setor 7. Fortalecer a fiscalização, monitoramento e orientação do uso correto de insumos agropecuários 8. Informatizar os sistemas de fiscalização 9. Analisar modelos de outros países. Ex. Chile e Costa Rica 10. Implementar mecanismos de detecção e controle de novas pragas 11. Aprimorar os controles de fronteira, principalmente as fronteiras secas na América Latina 12. Aprimorar os processos de fiscalização e controle de qualidade e classificação 13. Implementar o SUASA - Regulamentar a Lei 9.712/98 14. Promover treinamento e capacitação específicos para os Fiscais para desburocratizar e facilitar os processos de exportação e importação sem comprometer a segurança fitossanitária, atuando na mudança de mentalidade, focando na eficiência dos procedimentos 15. Intensificar as ações do Programa de Controle da Mosca da Carambola 16. Intensificar as barreiras contra o risco do Acaro do Chile

Diretrizes		
Tema	Item	
4. DEFESA AGROPECUÁRIA	Revisão dos Marcos Regulatórios	1. Aprimorar a normatização de Frutas prontas para consumo (Minimamente Processados)
		2. Adequar os regulamentos de defensivos, principalmente dos enquadrados como Minor Crops.
		3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor
		4. Implementar a regulamentação sobre Controle Higiénico Sanitário - Portaria 54/2009
		5. Revisar e implementar sistema de fiscalização das Normas e Padrões de Sementes e Mudanças
		6. Revisar a Instrução Normativa Conjunta nº 09/2002 sobre o acondicionamento, manuseio e comercialização de produtos hortícolas "in natura" - GT conjunto das Câmaras da Fruticultura e Hortaliças
		7. Discutir a questão das ARPs no âmbito da fruticultura
		8. Publicar os parâmetros de Boas Práticas e APPCC para Frutas
		9. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO, CFOC e PTV
		10. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais de maneira que construção e adequação de normativos sempre sejam discutidas previamente com os segmentos interessados
		11. Harmonizar os Marcos Regulatórios com a Legislação Internacional
		12. Adequar a legislação para permitir a ampliação da rede de laboratórios credenciados sobre CFO, CFOC e PTV
		13. Estabelecer padrões oficiais de qualidade da manga e uva





Tema		Diretrizes
4. DEFESA AGROPECUÁRIA	Item	
	ARP	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar ações urgentes de cobrança e reestruturação do Departamento para poder atender com eficiência as demandas do setor 2. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor 3. Promover a ampliação desse serviço do MAPA, atuando de forma institucional e estratégica no apoio à melhoria da estrutura técnica e física de maneira urgente 4. Promover ações conjuntas com as câmaras de Hortaliças e Flores para desenvolvimentos dessas ações

Tema		Diretrizes
4. DEFESA AGROPECUÁRIA	Item	
	Centros Quarentenários	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar centros quarentenários 2. Aprimorar a legislação para pré registro e registro emergencial para pragas quarentenárias

Tema		Diretrizes
5. PROMOÇÃO E MARKETING	Item	
	Plano de Marketing para o Mercado Externo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover as Frutas do Brasil em mercados externos potenciais 2. Estabelecer parcerias de promoção internacional com a APEX, Sebrae e outras instituições afins 3. Apoiar as ações já em andamento da cadeia junto à APEX, Sebrae e outras instituições afins 4. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor.... 5. Realizar campanhas de informação ao consumidor 6. Ampliar as ações conjuntas com a SRI e MRE nas ações externas

Tema	Item	Diretrizes
5. MARKETING E PROMOÇÃO	Plano de Marketing para o Mercado Interno	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover ações de incentivo ao consumo 2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Benefícios à Saúde 3. Focar as ações na promoção da mudança da cultura de consumo através das escolas e na merenda escolar 4. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação das entidades da cadeia 5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor... 6. Estabelecer parcerias com o Sebrae, ABRAS, IBRAF, CNA, Ministério da Saúde, MEC e outras instituições afins 7. Realizar campanhas de informação e esclarecimentos ao consumidor e comprador 8. Integrar ações entre os setores público e privado 9. Realizar pesquisa sobre o padrão de consumo para embasar as estratégias de promoção do consumo 10. Estudar a viabilidade da distribuição de vales para estímulo consumo de frutas e hortaliças 11. Articular ações com a Câmara Setorial das Cadeia Produtiva de Hortaliças 12. Criar um calendário da época de produção das frutas brasileiras





Tema	Item	Diretrizes
6. GESTÃO DA QUALIDADE	Sistemas de Qualidade, Diferenciação e Boas Práticas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investigar, analisar processos de Certificação: IG, Rastreabilidade, Orgânicos e Comércio Justo, Produção Integrada, para recomenda-los, com a possibilidade de criar programas de adesão. 2. Estudar a construção de programas de Produção Integrada (SAPI), com parceria do MAPA para determinados produtos do setor. 3. Definir programas de Boas Práticas e APPCC 4. Contemplar processos de Qualidade Integrada da Cadeia 5. Criar um sistema único de certificação harmonizado internacionalmente que possibilite a redução de custos e burocracia 6. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas em Packing Houses 7. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas em Agroindústrias 8. Contemplar programas de adoção de Boas Práticas no transporte na exposição de produtos no ponto de venda

Diretrizes		
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Entidade de Representação da Cadeia	1. Discutir o fortalecimento da entidade representativa de âmbito nacional de toda a cadeia
		2. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para criar e gerir um fundo de atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, certificação.

Diretrizes		
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Relações entre os elos da Cadeia	1. Ampliar as ações e integrar os elos da cadeia para garantir a qualidade do produto ao consumidor final
		2. Articular e integrar ações para distribuir os ganhos ao longo da cadeia e garantir preços atrativos ao consumidor final
		3. Prospectar demais entidades representativas dos diversos elos que compõem a cadeia produtiva para convidá-los a participação na Camara Setorial





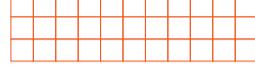
Tema		Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Item	
	Serviço de Inteligência Competitiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir Banco de Dados com informações de produção, preços, mercado, consumo, etc... 2. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas e em outros países 3. Realizar pesquisas de mercado dos consumidores 4. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência 5. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva 6. Elaborar estudos para o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita 7. Investigar mercados potenciais para exportação

Tema		Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Item	
	Associativismo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar e propor através de projetos de lei adequações e alterações e estímulos às diversas formas de Associativismo

Tema		Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Item	
	Criação de Câmaras Setoriais Estaduais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a criação, fortalecimento e interação de Câmaras Setoriais nos Estados

Diretrizes		
Tema	Item	
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Infra Estrutura e Logística	1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a qualidade e competitividade dos produtos
		2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção
		3. Promover programas de governo de Infraestrutura de acesso digital no meio rural (verificar iniciativa do MCT)
		4. Estudar formas de estimular Municípios a adotar determinados parâmetros de infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção, para se credenciar a receber programas existentes no âmbito da cadeia.
		5. Adequar a infra-estrutura em portos e aeroportos para viabilizar as exportações e importações
		6. Elaborar estudos para o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita
		7. Investigar mercados potenciais para exportação

Diretrizes		
Tema	Item	
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Revisão de Grades Curriculares	1. Promover ações de revisão dos Conteúdo programático nas escolas de agronomia para fortalecer a Fruticultura
		2. Enfatizar na grade curricular dos cursos superiores o processo de gestão e negócios, focando na experiência prática
		3. Atuar junto ao MEC - Ministério de Educação e ao Conselho de Reitores





Tema		Diretrizes
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Item Acesso a Fundos Ambientais	1. Viabilizar o acesso do Setor a recursos disponíveis a projetos de adequação a legislação ambiental, disponibilizados pelo MMA e outras instituições

Tema		Diretrizes
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Item Zonamento Econômico Ecológico	1. Cobrar das autoridades competentes a conclusão do Zonamento no território Nacional, contemplando um cronograma de sua execução.
		2. Utilizar o ZEE como ferramenta de construção de políticas de incentivo a produção

Tema		Item	Diretrizes
8. CRÉDITO E SEGURO	Crédito	1.	Realizar diagnóstico das linhas de crédito específicas de forma a viabilizar o acesso ao crédito a Micro, Pequenos e Médio produtores - Maquinas, Equipamentos, Custeio e Capital de Giro
		2.	Estabelecer linhas especiais de crédito para fruticultura nos biomas brasileiros
		3.	Contemplar o financiamento da recuperação de áreas degradadas
		4.	Adequar os limites de financiamento de custeio e carência de acordo com as peculiaridades de cada cultura frutífera e tamanho do produtor
		5.	Solicitar linhas de crédito para viabilizar a instalação de coberturas anti-granizo e prevenção a geadas

Tema		Item	Diretrizes
8. CRÉDITO E SEGURO	Reformulação do Crédito Oficial	1.	Implementar o Fundo de Aval
		2.	Buscar formas de reduzir os custos financeiros do setor
		3.	Apoiar as iniciativas de reformulação do crédito rural oficial





Tema		Diretrizes
8. CRÉDITO E SEGURO	Item Seguro Rural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar levantamento de seguros existentes para fruticultura e demandas de frutas que não tem seguro 2. Atuar junto aos governos estaduais para implantar subvenção estadual ao prêmio similar ao existente em São Paulo 3. Ampliar a discussão da expansão do Seguro Agrícola com Bancos, Seguradoras, Governo, Produtores e demais envolvidos 4. Implementar o fundo de catástrofe 5. Implementar políticas de seguro na área de sanidade 6. Discutir adequações de maior abrangência de limites de subvenções de seguro por produtor individual

Tema		Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Item Legislação Tributária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva 2. Buscar tratamento tributário homogêneo 3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores 4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor 5. Implementar a desoneração tributária para as exportações 6. Objetivar tratamento tributário homogêneo com a redução e unificação de alíquotas de ICMS dos Estados

Tema		Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Item Legislação Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar a discussão do Código Florestal 2. Definir a compensação por Serviços Ambientais 3. Criar um Licenciamento Ambiental específico para Micro, Pequenos e Médio Produtores e Agroindústrias

Tema		Diretrizes	
9. LEGISLAÇÃO	Legislação Trabalhista	1. Acompanhar a revisão da legislação que trata do trabalho rural e terceirizado	
		2. Promover a discussão com o Judiciário, Legislativo, Sindicatos, Ministério Público, etc...	

Tema		Diretrizes	
9. LEGISLAÇÃO	Lei de Inspeção Vegetal	1. Aprofundar a discussão da legislação que regulamenta a atuação dos diversos órgãos na Inspeção Vegetal	

Tema		Diretrizes	
9. LEGISLAÇÃO	NCM de Frutas	1. Promover a criação de NCMs específicas para as diversas frutas produzidas no País	





Tema		Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Legislação Fundiária	1. Discutir a regularização fundiária no Norte do País

Tema		Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Ante-Projeto de Lei das Cestas	1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do Projeto de Lei, proposto pela Comissão instituída pelo MAPA

Tema		Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97	1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil 2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual 3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.

Tema		Item	Diretrizes
10.COMERCIALIZAÇÃO			1. Desenvolver e divulgar LECs para o Setor
		LEC	2. Contemplar tanto a fruticultura de cultivo quanto a extrativista
			3. Adequar a legislação para que se reconheça o beneficiador como beneficiário da LEC

Tema		Item	Diretrizes
10.COMERCIALIZAÇÃO		PGPM	1. Avaliar a pertinência da adoção da PGPM para determinados produtos





Tema		Diretrizes
10.COMER- CIALIZAÇÃO	Item Seguro de Preço	1. Atuar na criação do seguro de renda/preço.

Tema		Diretrizes
10.COMER- CIALIZAÇÃO	Item Canais de comercialização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar possíveis canais de comercialização regionais, nacionais e internacionais 2. Elaborar um cadastro com informações de mercado (compradores) 3. Identificar as demandas de qualidade dos canais de comercialização 4. Aproximar e Integrar a produção aos canais de comercialização.

Tema		Diretrizes
11. INCENTIVO A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	Item Programa de Industrialização da Fruticultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir um programa de incentivo de abrangência com focos regionais 2. Buscar a agregação de Valor e focar em outras aplicações (cosméticos, etc...) 3. Utilizar tecnologias e equipamentos de utilização móvel existente 4. Aprimorar o aproveitamento integral das frutas 5. Criar linhas especiais de crédito que estimulem a agroindustrialização 6. Promover o treinamento de mão-de-obra 7. Considerar as iniciativas existentes (Ex. Sebrae/FAO, Agropolos/CE) 8. Estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos